

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Cabe recurso ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, das decisões do Conselho - artigo 42, incisos I e II do Decreto 43697, de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração de Pessoal, com a alteração do parágrafo quinto da mencionada norma, prevista no artigo primeiro do Decreto 44.004, de 08 de abril de 2005, a estabelecer que será de ofício o recurso ao Senhor Governador quando o voto do Presidente, a favor da Administração, for vencido na decisão.

DELIBERAÇÃO 20.489/CAP/08

Rachel Simão – Mat. 275.682-3 – Conselheiro Celso Murta. Julgamento, 12.07.07.

Contagem recíproca – Atividade privada – Adicionais – Norma constitucional – Emenda – Provedimento.

Deve ser assegurada à Reclamante a averbação do tempo de serviço prestado iniciativa privada, anteriormente à Emenda Constitucional 09/93, para fins de adicionais. A Reclamante era servidora efetiva antes da publicação da referida Emenda, os períodos são anteriores à alteração constitucional, seu vínculo com o Estado não se desconstituiu, fazendo-se destinatária da norma do parágrafo 7º do artigo 36, da Constituição Estadual de 1989, em sua redação original. Os efeitos da averbação começam a vigorar a partir da data do protocolo do pedido à repartição de origem, conforme Despacho Normativo publicado em 11 de julho de 1990.

DELIBERAÇÃO 20.490/CAP/08

Adelina Vieira Torres – Masp. 1.039.849-3 – Conselheiro Denílson Martins. Julgamento, 20.09.07.

Contagem recíproca – Atividade privada – Adicionais – Norma Constitucional – Emenda – Provedimento.

Deve ser assegurada à Reclamante a averbação do tempo de serviço prestado iniciativa privada, anteriormente à Emenda Constitucional 09/93, para fins de adicionais. A Reclamante era servidora efetiva antes da publicação da referida Emenda, os períodos são anteriores à alteração constitucional, seu vínculo com o Estado não se desconstituiu, fazendo-se destinatária da norma do parágrafo 7º do artigo 36, da Constituição Estadual de 1989, em sua redação original. Os efeitos da averbação começam a vigorar a partir da data do protocolo do pedido à repartição de origem, conforme Despacho Normativo publicado em 11 de julho de 1990.

DELIBERAÇÃO 20.491/CAP/08

Dirceu Teófilo dos Santos – Masp. 1.032.484-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 04.10.07.

Direitos a reajuste salarial desde 1995 – Plano Bresser - Gatilhos salariais – Plano de carreira e outros benefícios – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.492/CAP/08

Lúcia Helena Ricardo de Souza – Masp. 904.251-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 08.11.07.

Adicional de Jornada de Dedicção Integral – Recomposição retroativa de sua remuneração – Gratificação prevista apenas para funcionários dos quadros da FHEMIG – Desprovidimento.

A remuneração relativa ao adicional de jornada de dedicação integral foi instituída para funcionários pertencentes ao quadro da FHEMIG, não se estendendo à servidora que é lotada em outro órgão à disposição da Fundação.

DELIBERAÇÃO 20.493/CAP/08

Nely José de Almeida Silva – Masp. 927.684-1 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 20.12.07.

Gratificação Especial – Fundação Clóvis Salgado – Chefe de Departamento I – Lei 9.529/87 – Retroação dos efeitos à data do protocolo junto à Administração – Provedimento parcial.

Assiste direito à servidora, detentora de cargo comissionado de Chefe de Divisão junto à Fundação Clóvis Salgado, cargo este inserido no grupo de Chefia, de que trata o Decreto nº 16.409/74 e que, por força da aplicação do art. 5º, § 1º da Lei nº 11.728/94, foi estendido o benefício da gratificação instituída pela Lei nº 9.529/87 a todos os cargos de direção, chefia e assessoramento.

DELIBERAÇÃO 20.494/CAP/08

Maria Terezinha Bolina Andrade – Masp. 479.174-5 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 22.03.07.

Efetivação no serviço público – Ausência de exercício continuado nos quadros da administração direta, autárquica ou fundacional do serviço público estadual – Desprovidimento.

A servidora não implementou um dos requisitos à estabilização no serviço público estadual, qual seja, exercício continuado há pelo menos 5 (cinco) anos anteriores à promulgação da constituição de 1988 nos quadros da administração direta.

DELIBERAÇÃO 20.495/CAP/08

Sônia Lopes Duarte – Masp. 334.130-2 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 22.03.07.

Promoção por acesso – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.496/CAP/08

Ana Maria Lopes Basílio – Masp. 550.967-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 12.04.07.

Contagem recíproca – Atividade privada – Adicionais – Norma Constitucional – Ingresso no serviço público na vigência da Emenda nº 9/93 – Desprovidimento.

São requisitos para a concessão da averbação de tempo de serviço que o ingresso no serviço público com vínculo efetivo, assim como o tempo de serviço prestado à iniciativa privada, sejam anteriores à publicação da Emenda Constitucional nº 9/93.

DELIBERAÇÃO 20.497/CAP/08

Francisca Teles da Cunha – Masp. 388.358-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 12.04.07.

Retificação da aposentadoria – Proporcional/Integral – Uso de tempo ficto – Desprovemento.

A aposentadoria da servidora ocorrida em 08-07-97 constitui ato jurídico perfeito, tendo operado a decadência do direito da servidora de pleitear sua revisão pelo decurso de mais de cinco anos da data de publicação do ato aposentatório.

DELIBERAÇÃO 20.498/CAP/08

Neide Silveira dos Santos – Masp. 361.180-3 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 18.10.07.

Revisão de proventos – Acréscimo de tempo contado para aposentadoria – Impossibilidade de refazimento de ato jurídico perfeito – Desprovemento.

Os proventos serão revistos sempre com base nos direitos e deveres compactados, sem oportunidade para averbação de tempo de serviço anteriores ao requerimento de aposentadoria, incluindo-se aposentadoria por invalidez e a compulsória, sob pena de se instaurar uma verdadeira insegurança jurídica, com o refazimento constante de atos perfeitos.

DELIBERAÇÃO 20.499/CAP/08

Marilda Santos – Masp. 193.872-9 – Conselheiro Celso Murta. Julgamento, 10.05.07.

Averbação de tempo de serviço – Adicionais – Atendimento do pleito pela secretaria de origem – Perda de objeto.

O atendimento em primeira instância administrativa do pedido de averbação formulado pelo servidor junto ao CAP implica na perda do objeto do recurso interposto.

DELIBERAÇÃO 20.500/CAP/08

Creusa Martins da Costa Torres – Masp. 063.971-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 10.05.07.

Abono 1.2 – Revisão de quinquênios – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.501/CAP/08

João Martins Donizete – Masp. 297.674-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 24.05.07.

Aprovação de exercício – Servidor de nível hierárquico inferior – Lotação no mesmo município – Impossibilidade em virtude da norma contida no art.2º do Decreto nº 38.137/96 – Substituição em período de férias (04-01-96 a 02-02-96) – Ato de designação anterior ao Decreto nº 37.721/96 – Provento parcial.

Nos termos do art. 2º do Decreto nº 38.137/96, a substituição dos cargos de chefia da Administração Fazendária por servidor de nível hierárquico inferior ao do substituído é necessária que o servidor esteja lotado em município diverso da sede da Superintendência Regional.

DELIBERAÇÃO 20.502/CAP/08

João Martins Donizete – Masp. 297.674-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 24.05.07.

Gozo de licença por motivo de luto em período de férias regulamentadas - Utilização do restante das férias – Impossibilidade – Falta de previsão legal – Desprovemento.

O reclamante por se encontrar em gozo de férias regulamentares coincidente com período de licença por motivo de luto não terá direito a posterior gozo do período de férias equivalente ao período da citada licença pó ausência de expressa previsão legal e/ou administrativa. Estando o administrado Público vinculado ao princípio da legalidade estrita, não pode conceder o que não está previsto em lei.

DELIBERAÇÃO 20.503/CAP/08

João Martins Donizete – Masp. 297.674-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 24.05.07.

Aprovação de exercício – Servidor de nível hierárquico inferior – Lotação no mesmo município – Desprovemento.

Nos termos do art. 2º do Decreto nº 38.137/96, a substituição dos cargos de chefia da Administração Fazendária por servidor de nível hierárquico inferior ao do substituído é necessária que o servidor esteja lotado em município diverso da sede da Superintendência Regional.

DELIBERAÇÃO 20.504/CAP/08

Neuza Maria Rodrigues – Masp. 1.052.327-2 – Conselheira Débora Turchetti. Julgamento, 29.03.07.

Progressão – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.505/CAP/08

Mara Lúcia Pimentel Teixeira – Masp. 314.838-4 – Conselheira Luciana Borges. Julgamento, 26.04.07.

Férias regulamentares – Conversão em pecúnia de períodos não gozados – Impossibilidade – Descanso anual – Desprovemento.

As férias regulamentares foram instituídas com o objetivo precípuo de oferecer à servidora, obrigatoriamente, um descanso anual, não sendo permitido à servidora receber as férias gozadas.

Estando o Administrado Público vinculado ao princípio da legalidade estrita, não pode conceder o que não está previsto em lei.

DELIBERAÇÃO 20.506/CAP/08

Mirian de Paiva Borges – Masp. 361.961-6 – Conselheira Luciana Borges. Julgamento, 03.05.07.

Averbação de tempo de serviço – Adicional trintenário – Pedido deferido pela Secretaria de Origem durante a tramitação do recurso interposto ao CAP – Prejudicado.

A apreciação do pedido formulado pela servidora de averbação de tempo de serviço prestado à iniciativa privada encontra-se prejudicada, haja vista que durante a tramitação do recurso interposto ao CAP foi o mesmo deferido pela Secretaria de Origem.

DELIBERAÇÃO 20.507/CAP/08

José Ricardo de Carvalho Nunes – Masp. 925.075-4 – Conselheiro Celso Murta. Julgamento, 05.07.07.

Revisão de proventos – Conversão da aposentadoria proporcional em integral – Norma contida no art.110, II do Estatuto dos Funcionários de Minas Gerais não foi recepcionada pela Constituição de 1988 – Desprovemento.

O recorrente baseou seu pleito na norma contida no art. 110, II do estatuto dos Funcionários de Minas Gerais não foi recepcionada pela Constituição de 1988, não se enquadrando a moléstia na qual foi o servidor aposentado entre as especificadas em lei como sendo de proventos integrais.

DELIBERAÇÃO 20.508/CAP/08

Sylvia Maria Mesquita – Masp. 271.645-4 – Conselheiro Denílson Martins. Julgamento, 16.08.07.

Contagem Recíproca – Atividade privada – Adicionais – Norma Constitucional – Emenda – Provento.

Deve ser assegurada à reclamante a averbação do tempo de serviço prestado à iniciativa privada, anteriormente à Emenda Constitucional 09/93, para fins de adicionais. A reclamante era servidora pública efetiva antes da publicação da referida Emenda, os períodos são anteriores à alteração constitucional, seu vínculo com o Estado não se desconstituiu, fazendo-se destinatária da norma do parágrafo 7º do artigo 36, da Constituição de 1989, em sua redação original. Os efeitos da averbação começam a vigorar a partir da data do protocolo do pedido à repartição de origem, conforme Despacho Normativo publicado em 11 de julho de 1990.

DELIBERAÇÃO 20.509/CAP/08

Tarcísio Coelho de Almeida – Masp. 284.093-2 – Conselheiro Celso Murta. Julgamento, 08.11.07.

Férias-prêmio – Conversão em pecúnia no momento da aposentadoria – Provento.

O art. 117 do ADCT resguardou o direito do servidor em preservar as férias-prêmio adquiridas até 29 de fevereiro de 2004 para serem convertidas em espécie no momento de sua aposentadoria.

DELIBERAÇÃO 20.510/CAP/08

José Alves de Oliveira – Masp. 1.027.882-8 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07.

Contribuição de 3,5% – Arguição de inconstitucionalidade – Restituição dos valores descontados – Manifestação Constitucionalidade de Lei estadual vigente – Impossibilidade – Desprovemento.

O Conselho de Administração de Pessoal, como órgão que compõe a Administração Pública direta, esta vinculado ao princípio da legalidade estrita, ou seja, deve obedecer as leis vigentes. Logo, não tem competência para questionar a constitucionalidade de lei estadual vigente, ainda que discuta em ADIN em tramitação.

DELIBERAÇÃO 20.511/CAP/08

Osório Bernardo da Costa – Masp. 1.024.487-9 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.512/CAP/08

Osmar Rodrigues dos Santos – Masp. 1.027.174-0 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.513/CAP/08

Blair de Castro – Masp. 1.025.880-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.514/CAP/08

José Inácio Teixeira – Masp. 1.026.920-7 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.515/CAP/08

José Batista – Masp. 1.024.054-7 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.516/CAP/08

João Pereira da Silva – Masp. 1.027.990-9 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.517/CAP/08

José Alves de Oliveira – Masp. 1.028.656-5 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.518/CAP/08

Manoel Pereira dos Santos - Masp. 1.027.068-4 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.519/CAP/08

Sebastião Rodrigues de Matos – Masp. 1.035.284-7 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.520/CAP/08

Perácio Martins – Masp. 1.024.196-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.521/CAP/08

Renato Emílio da Silva – Masp. 1.022.338-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.522/CAP/08

Pedro Gomes de Assis – Masp. 1.027.067-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.510/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.523/CAP/08

José Alvim Júnior – Masp. 358.344-0 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 16.02.07.

Revisão de proventos - Sentença trabalhista com trânsito em julgado em julgado – Ausência de citação do estado para compor a lide – Inexigibilidade – Desprovemento.

A sentença judicial transitada em julgado só torna o direito exigível às partes do processo. Considerando que o Estado de Minas Gerais não foi chamado para integrar a lide, não está ele obrigado a cumprir tal decisão, pois o contrário importaria em afronta ao princípio constitucional do devido processo legal.

DELIBERAÇÃO 20.524/CAP/08

Maria Teixeira de Souza Pimenta – Masp. 854.202-9 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.07.06.

Contagem recíproca – Atividade privada – Adicionais - Norma Constitucional – Ingresso no serviço público na vigência da Emenda nº 9/93 – Desprovemento.

São requisitos para a concessão da averbação de tempo de serviço que o ingresso no serviço público com vínculo efetivo, assim como o tempo de serviço prestado à iniciativa privada, sejam anteriores à publicação da Emenda Constitucional nº 09/93.

DELIBERAÇÃO 20.525/CAP/08

Maria das Graças Lima – Masp. 1.032.504-1 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.07.07.

Abono de permanência Emenda Constitucional Estadual nº 41/2003-Falta de implementação do tempo necessário – Desprovemento.

A decisão prolatada pelo órgão de origem baseou-se em falta de implementação do tempo necessário, o que naquela oportunidade procedida. Hoje regula a matéria a Resolução SEPLAG nº 60/2004, devendo a servidora apresentar novo requerimento nos termos nela contidos na repartição de origem.

DELIBERAÇÃO 20.526/CAP/08

Élson Levi Eustáquio Pinto – Masp. 1.020.938-5 – Conselheira Luciana Borges. Julgamento, 21.09.06.

Servidor do IEF – Auxílio Creche – Emenda Constitucional nº 57/2003 – Norma de eficácia contida – Desprovemento.

A norma contida na Emenda Constitucional nº 57/2003 não é auto-aplicável, sendo indispensável na espécie, normatividade ulterior que lhe desenvolva a aplicabilidade, dotando-lhe de eficácia.

DELIBERAÇÃO 20.527/CAP/08

Ademir Antônio Quetz – Masp. 902.365-6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 30.11.06.

Reenquadramento – Ausência de efetivação- Posicionamento atendeu à normatização vigente à época em que foi procedido – Desprovemento.

O enquadramento do servidor atendeu à normatização vigente à época em que foi procedido. Vale dizer que a função pública que vem exercendo não foi transformada em cargo e para ser o reclamante investido em cargo público, terá que se submeter a concurso público nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

DELIBERAÇÃO 20.528/CAP/08

Geraldo Bicalho de Ascensão – Masp. 156.625.6 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 21.12.06.

Contagem recíproca – Atividade privada – Adicionais – Norma constitucional – Emenda – Provemento.

Deve ser assegurada à Reclamante a averbação do tempo de serviço prestado iniciativa privada, anteriormente à Emenda Constitucional 09/93, para fins de adicionais. A Reclamante era servidora efetiva antes da publicação da referida Emenda, os períodos são anteriores à alteração constitucional, seu vínculo com o Estado não se desconstituiu, fazendo-se destinatária da norma do parágrafo 7º do artigo 36, da Constituição Estadual de 1989, em sua redação original. Os efeitos da averbação começam a vigorar a partir da data do protocolo do pedido à repartição de origem, conforme Despacho Normativo publicado em 11 de julho de 1990.

DELIBERAÇÃO 20.529/CAP/08

Clóvis Gomes Sobrinho – Masp. 346.710-7 – Conselheira Luciana Borges. Julgamento, 20.09.07.

Revisão de proventos – Imprensa Oficial – Paridade Constitucional – Equiparação de cargos comissionados – Desprovemento.

Não há que se cogitar a equiparação ao quadro da autarquia Imprensa Oficial, uma vez que o servidor não pertence ao seu quadro de pessoal, tendo aposentado-se pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social.

DELIBERAÇÃO 20.530/CAP/08

Marco Antonio Vilano – Masp. 502.224 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 13.12.07.

Contribuição de 3,5% – Arguição de inconstitucionalidade – Restituição dos valores descontados – Manifestação Constitucionalidade de Lei estadual vigente – Impossibilidade – Desprovemento.

O Conselho de Administração de Pessoal, como órgão que compõe a Administração Pública direta, esta vinculado ao princípio da legalidade estrita, ou seja, deve obedecer as leis vigentes. Logo, não tem competência para questionar a constitucionalidade de lei estadual vigente, ainda que discuta em ADIN em tramitação.

DELIBERAÇÃO 20.531/CAP/08

Valdeir Alves Bonfim – Masp. 1.024.420-0 – Conselheira Irene Cyrina. Julgamento, 06.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.530/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.532/CAP/08

José Carlos Lopes Neto – Masp. 902.271-6 – Conselheiro Celso Murta. Julgamento, 06.06.07.

Reenquadramento – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.533/CAP/08

Edil Moreira Pinto – Masp. 508.423 – Conselheira Débora Turchetti. Julgamento, 24.07.07.

Revisão de situação funcional – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.534/CAP/08

Wilma Carlos dos Santos – Masp. 159.039-7 – Conselheira Débora Turchetti. Julgamento 24.07.07.

Revisão de proventos – Reclamação apresentada diretamente ao CAP – Originária.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio.

DELIBERAÇÃO 20.535/CAP/08

José Lourenço de Lima – Mat. 27.144 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07.

Servidor do DER/MG – Reajuste 10% –Deliberações do CAP – Legislação – Perda do Objeto.

O recebimento por força de sentença judicial do reajuste de 10% concedido pelo Decreto nº 36.829/95, torna prejudicada a apreciação do recurso interposto perante o CAP, haja vista a perda de seu objeto.

DELIBERAÇÃO 20.536/CAP/08

José Gonçalves – Mat. 489 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.537/CAP/08

Maria da Graça dos Reis Santos – Mat. 4.044-4 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.538/CAP/08

Jair Francisco de Paiva Guimarães – Mat. 1.116 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.539/CAP/08

José Afonso Roriz – Mat. 28.029 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.540/CAP/08

José Antônio dos Santos – Mat. 28.272 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.541/CAP/08

João Manoel da Costa – Mat. 27.970 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.542/CAP/08

João Militão – Mat. 27.801 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.543/CAP/08

José Antônio da Silva – Mat. 27.719 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.544/CAP/08

Jorge Dom Bosco Fernandes – Mat. 27.576 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.545/CAP/08

Joaquim Ferreira – Mat. 27.209 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.546/CAP/08

José Caetano Ferreira – Mat. 4.303-6 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.547/CAP/08

Márcio Mendes Machado – Mat. 522.523-X – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.548/CAP/08

Marino Ferreira de Lima – Mat. 515.759 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.549/CAP/08

Marília de Fátima Braichi – Mat. 400.835-1 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.550/CAP/08

Maria Rita Silva Fantoni – Mat. 4.228 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.551/CAP/08

José Osmar Branco – Mat. 511.421 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.552/CAP/08

Solena Amado Ladeira – Mat. 4.034 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.553/CAP/08

Elizabeth Soares Alves – Mat. 527.882-1 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.554/CAP/08

Ildelfonso Santana de Avelar – Mat. 400.917-7 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.555/CAP/08

Antônio Sinésio Ribeiro – Mat. 10.142 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.556/CAP/08

Antônio Pereira dos Santos – Mat. 515.612 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.535/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.557/CAP/08

Reis de Carvalho – Mat. 36.132 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento, 11.12.07.

Servidor do DER/MG – Reajuste – Deliberações do CAP – Art. 41 do Decreto nº 43.697/2003 (Decreto nº 44.001) – Parecer Normativo nº 14.584/AGE.

- A matéria de que trata o recurso do servidor foi objeto do Parecer Normativo nº 14.584/AGE, publicado no “Minas Gerais” de 14-01-2006. Nos termos do art. 41 do Decreto nº 43.697/2003, com redação dada pelo Decreto nº 44.001, de 30 de março de 2005, é vedado ao Conselho de Administração de Pessoal conhecer de reclamação quando a matéria já houver sido pacificada em parecer normativo do Advogado-Geral do Estado aprovado pelo Governador do Estado e publicado em Órgão Oficial dos Poderes do estado nos termos da Lei Complementar nº 75/2004.

DELIBERAÇÃO 20.558/CAP/08

Pedro Chagas – Mat. 36.331-6 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.559/CAP/08

Onofre Magalhães Ferreira – Mat. 36.130 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.560/CAP/08

José Januário Neto – Mat. 40.355 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.561/CAP/08

João Soares da Silva – Mat. 25.557-2 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.562/CAP/08

Floriano Melo Franco Lafeté – Mat. 34.732-9 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.563/CAP/08

Elias da Silva – Mat. 517.476-7 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.564/CAP/08

Aparecido Antônio de Souza – Mat. 517.251 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.565/CAP/08

Antônio Francisco Santos Neto – Mat. 516.302 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.566/CAP/08

Adão Paulo Batista – Mat. 45.615 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.567/CAP/08

José Antônio Alves – Mat. 514.076 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.568/CAP/08

João Martins – Mat. 10.124 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.569/CAP/08

José Costa Guimarães – Mat. 31.398 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.570/CAP/08

Benedito Pedro Ribeiro – Mat. 39.963 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.571/CAP/08

José Meireles – Mat. 45.656 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.572/CAP/08

João Carlos Rodrigues – Mat. 525.681 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.573/CAP/08

Sebastião Santana – Mat. 36.656-0 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.574/CAP/08

Sebastião Alves da Silva – Mat. 36.560-2 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.575/CAP/08

Jonas Teixeira dos Santos – Mat. 24.454-6 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.576/CAP/08

Raimundo Faustino Soares – Mat. 40.360 – Conselheira Débora Pereira. Julgamento 11.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.557/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.577/CAP/08

Jorge Gomes Filho – Mat. 28.399 – Conselheiro José Henrique. Julgamento, 04.12.07.

Servidor do DER/MG – Reajuste 10% – Deliberações do CAP – Legislação – Perda do Objeto.

O recebimento por força de sentença judicial do reajuste de 10% concedido pelo Decreto nº 36.829/95, torna prejudicada a apreciação do recurso interposto perante o CAP, haja vista a perda de seu objeto.

DELIBERAÇÃO 20.578/CAP/08

José Antônio Luiz – Mat. 28.348 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.579/CAP/08

Paulo Roberto Gomes de Souza – Mat. 4.546 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.580/CAP/08

Américo Serafim dos Santos – Mat. 516.313 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.581/CAP/08

Hermano Luiz Correa – Mat. 513.825 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.582/CAP/08

José Aguiar da Silveira – Mat. 78.076 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.583/CAP/08

Ozias Diniz – Mat. 21.543 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.584/CAP/08

Waldir Cândido da Silveira – Mat. 1.168 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.585/CAP/08

Simone Machado Teixeira – Mat. 400.520 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.586/CAP/08

Reinaldo Santos Piaba – Mat. 45.600 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.587/CAP/08

Orlando Rodrigues da Rocha – Mat. 13.164 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.588/CAP/08

Vera Lúcia Costa – Mat. 524.879 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).

DELIBERAÇÃO 20.589/CAP/08

Laurentino Lima Souza – Mat. 3.929 – Conselheiro José Henrique. Julgamento 04.12.07. (Voto/decisão idênticos Deliberação 20.577/CAP/08).